

**EDUCAÇÃO, AUTOCRACIA E ECONOMIA COMPORTAMENTAL: A “NOVA” FACE DA
CONCEPÇÃO EDUCACIONAL HEGEMÔNICA NO BRASIL [THIAGO VASQUINHO
SIQUEIRA]**

DOI: <http://10.9771/gmed.v17i1.65237>

Caroline Dildey¹

Título: Educação, Autocracia e Economia Comportamental: a “nova” face da concepção educacional hegemônica no Brasil

Autoria: Thiago Vasquinho Siqueira

Cidade e editora: Parnaíba, Terra Sem Amos

Ano da publicação: 2024

Páginas: 183

Esta resenha é fruto do livro escrito por Thiago Vasquinho Siqueira em sua pesquisa de pós-doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc-UFRRJ). Professor e pesquisador, Thiago atua no Departamento de Fundamentos Pedagógicos da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e no Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE-UFRRJ) com estudos voltados ao campo da Educação, mais especificamente, nas áreas de Política e Educação, Estado, Poder, Metodologias Críticas e Educação Ambiental.

A pesquisa que originou o livro objetiva apreender os fundamentos da “Economia Comportamental” para compreender como as reformas educacionais globais promovidas por organismos internacionais e nacionais introjetam comportamentos a classe trabalhadora de modo a discipliná-la diante dos novos requerimentos gerados pela crise estrutural do capital. Para isso, o livro é dividido em duas seções centrais: “A crise estrutural e a educação que convém”, voltada aos elementos que constituem a crise capitalista atual e os mecanismos autocráticos para controle e adaptação psicofísica da classe trabalhadora na periferia do sistema, e também, “Educação e Economia Comportamental – da estratégia global aos ajustes locais”, voltada a análise da “nova” agenda neoliberal para a educação e a influência de aparelhos privados de hegemonia como o Banco Mundial e o Instituto Ayrton Senna no receituário imposto as políticas educacionais. Junto dos dois blocos centrais de desenvolvimento, o livro também é composto pela introdução, conclusão e pelo prefácio escrito por Rodrigo Lamosa, pesquisador do LIEPE-UFRRJ com contribuições expressivas na área da educação e orientador da pesquisa que originou o livro.

Cabe destacar, logo de início, a pertinência da pesquisa que culminou no livro, pois apesar da ascensão da temática no ambiente acadêmico nas últimas décadas, dois obstáculos são impostos ao avanço das pesquisas na área comprometidas com a classe trabalhadora: o predomínio de estudos hegemonizados por setores da burguesia altamente organizados na sociedade civil que dirigem a educação e que buscam forjar o consenso também no ambiente acadêmico – ainda que existam pesquisas qualificadas que buscam romper essas limitações – e as consequências cada mais vez mais dinâmicas e expressivas na forma e conteúdo escolar, dificultando a apreensão dos fenômenos ocasionados pela difusão da lógica mercantil no interior da educação. Tais aspectos corroboram com a distorção dos elementos históricos que explicitam a lógica desigual e autocrática que rege a organização social de modo a responsabilizar os indivíduos pelas mazelas impostas no cotidiano das relações sociais.

O estudo da Economia Comportamental também é relevante na medida em que sua base epistemológica, sustentada pelo darwinismo social e behaviorismo, é convergente as estratégias de caráter eugenista e condicionante da sociabilidade humana promovidas pela ascensão da extrema-direita e de seus ideais fascistas em reação as crises estruturais do capital. Tais aspectos sinalizam não apenas os fundamentos teóricos em comum, mas a importância da Economia Comportamental ao processo de legitimação da ideologia dominante para extrair novos patamares de mais-valor e de controle da classe trabalhadora em uma relação de expansão e reprodução do capital cada vez mais autofágica e nociva.

Para cumprir com o objetivo da pesquisa, a análise parte de dois passos metodológicos centrais: 1) a investigação da elaboração ético-política da classe dominante em resposta a crise, considerando os elementos autocráticos próprios do capitalismo dependente; e 2) a compreensão das estratégias e ações produzidas no âmbito das propostas de “modelagem do comportamento” incorporadas por organizações como o Banco Mundial a nível internacional e do Instituto Ayrton Senna a nível nacional. Destaca-se, neste sentido, o aprofundamento teórico da obra sem perder de vista os principais desafios vivenciados na educação pública na atualidade, sobretudo, as reformas educacionais que visam a radicalização da racionalidade empresarial no interior da escola – fortemente marcadas pela teoria do capital humano – como no caso do Novo Ensino Médio e da reconfiguração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Com uma gama de intelectuais marxistas, tanto clássicos como István Mészáros, Antonio Gramsci e Florestan Fernandes, quanto intelectuais que se detém as transformações mais recentes nas relações de reprodução da vida e de suas implicações às políticas educacionais como Ricardo Antunes, Virgínia Fontes e Marcela Pronko, a obra detém um quadro categorial consistente e que comporta diferentes aspectos acerca das crises do capital e de suas implicações à educação. Apesar de fundamentar as categorias em diferentes concepções da tradição marxista, destacam-se: a caracterização das crises estruturais de ordem autofágica realizada a partir de Mészáros (2011); a busca para contornar suas consequências por meio das disputas no interior do Estado em sentido gramsciano (2007, 2007b, 2002, 1999, 1982), isto é, as disputas travadas no interior da sociedade civil e da sociedade política que visam a manutenção da hegemonia da classe dominante; tudo isso considerando os mecanismos autocráticos na periferia do sistema, especialmente no Brasil, a partir dos estudos de Florestan Fernandes (2006).

Tais elementos são aprofundados na obra também em suas determinações mais recentes a partir dos estudos de Ricardo Antunes (2020, 2018, 2011, 2011b) sobre uma nova morfologia do trabalho, marcada pela “[...] desregulamentação, flexibilização, terceirização, precarização, instabilidade e desemprego” (Vasquinho, 2024, p. 10) e pela caracterização realizada a partir dos estudos de Virgínia Fontes (2017, 2010, 2005) sobre a modernização brasileira de caráter conservador, ressaltando “a forma seletiva pela qual se ampliou o Estado no Brasil, a qual manteve a coerção privada e estatal fundidas para conter as possibilidades de organização e associatividade de base popular” (Vasquinho, 2024, p. 45).

Em conjunto do referencial mencionado, fundamental a compreensão dos movimentos de crise e expansão do capital e das transformações no mundo do trabalho, o autor também adota contribuições de intelectuais da área da educação como Marcela Pronko (2019, 2018, 2014), que com minuciosa análise acerca da modelagem de comportamento difundida pelo Banco Mundial, oferece subsídios para compreender como a Economia Comportamental tem se inserido na educação básica e qual é a sua relevância na readequação psicofísica da classe trabalhadora.

A primeira seção do livro, denominada “A crise estrutural e a educação que convém”, é composta por três subseções: “Os elementos constituintes da crise atual”, a “Autocracia e crise na periferia capitalista” e a “Crise, autocracia e a adaptação psicofísica do trabalhador” e objetiva

[...] compreender os fundamentos da crise atual e suas dimensões estruturais, visando compreender como esta crise instituiu uma espécie de nova morfologia do trabalho na atualidade. Além disso, são analisados elementos da formação social brasileira, de forma a compreender como o padrão de dominação baseado em superexploração e autocracia impõe particularidades ao contexto de refrações da crise estrutural (Vasquinho, 2024, p. 18).

A segunda seção do livro, denominada “Educação e Economia Comportamental: da estratégia global aos ajustes locais”, é composta pelas subseções: “O Banco Mundial e a ‘nova’ agenda neoliberal para a educação”, “A Economia Comportamental e o ‘novo’ arcabouço teórico do consenso neoliberal” e “O Instituto Ayrton Senna e a adequação ao contexto nacional do ‘novo’ receituário dominante para a educação” e tem por objetivo desenvolver

[...] as análises dos materiais do Banco Mundial, da Economia Comportamental e do Instituto Ayrton Senna elencados, além do diálogo com autores, sobretudo, da área da educação. Busca-se compreender a atuação em uma espécie de “frente” na área da educação, que o capital vem desenvolvendo através de seus aparelhos privados de hegemonia (APHs) empresariais em nível global e local, além dos novos fundamentos e pressupostos teóricos pelos quais esta perspectiva hegemônica vem se orientando (Vasquinho, 2024, p. 18).

Assim, o autor parte de uma abstração de nível mais elevado ao tratar da existência de uma crise estrutural do capital na primeira seção, até chegar aos elementos mais específicos na segunda seção referentes às estratégias burguesas na educação brasileira para responder aos efeitos da crise. Para além de uma relação aparente, o autor demonstra a profunda imbricação de tais elementos, fazendo com que aspectos referentes as crises estruturais do capital excedam um papel apenas contextualizante para assumir protagonismo no processo educativo de acordo aos requerimentos do capital.

As reformas estruturais e superestruturais de caráter neoliberal e a ascensão das tecnologias de informação e comunicação (TICs), em reação as crises, requisitaram uma formação escolar capaz de atender as novas demandas da chamada “sociedade do conhecimento” adequando os sistemas educacionais para ajustar o perfil de “capital humano” a ser desenvolvido. No entanto, ao contrário dos documentos produtores de consenso produzidos a partir da segunda metade do século XX, que visavam setores específicos e de forma mais pulverizada, consolida-se uma nova etapa, que de modo transversal, abrange diferentes aspectos do comportamento para delinear políticas para o desenvolvimento humano. O Banco Mundial detém a direção deste processo desde o surgimento (por volta da década de 1950) e atualmente trabalha na redefinição das políticas públicas, sobretudo nos países periféricos, por meio da centralidade das aprendizagens e a consequente diminuição do horizonte educacional, em conjunto da modelagem de comportamento para adequar a massa trabalhadora as condições de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho.

Desta forma, a Economia Comportamental consolida-se como um artifício de aprofundamento do controle psicofísico para exercício de hegemonia sobre a classe trabalhadora, onde os modelos delineados a partir dos experimentos fornecem subsídios para intervir na sociabilidade humana por meio de ferramentas comportamentais, como os “*nudges*”: “fatores inseridos em uma arquitetura específica da escolha dos indivíduos que alterariam, previsivelmente, seu comportamento decisório, sem inibir opções ou realizar mudanças significativas em possíveis incentivos econômicos para o indivíduo tomador da decisão” (Vasquinho, 2024, p. 108). Elementos como este alteram a função social da educação escolar e constituem um novo léxico, onde ganham cada vez mais espaço o empreendedorismo, a resiliência e o desenvolvimento de competências socioemocionais para que a educação atenda os imperativos mercadológicos em detrimento da formação humana em sua integralidade.

No Brasil, a Economia Comportamental tem sido difundida na educação por aparelhos privados de hegemonia como o Instituto Ayrton Senna, que a partir de modelo fundamentado em competências socioemocionais, realiza avaliações diagnósticas do perfil dos estudantes de modo a intervir no processo avaliativo e no comportamento. Como apresentado pelo próprio IAS:

O Senna [instrumento de avaliação] tem se revelado especialmente útil, por possibilitar um mapeamento abrangente e sistematizado da manifestação dos estudantes de suas características pessoais socioemocionais em ambientes escolares e na vida cotidiana e, desse modo, diminuir a subjetividade excessiva no processo avaliativo e conseguir subsidiar a tomada de decisão da gestão quanto ao apoio necessário à comunidade escolar no que tange as ações voltadas para a criação de oportunidades e atividades pedagógicas planejadas para desenvolvimento (IAS, 2022d *apud* Vasquinho, 2024, p. 135)

No entanto, a suposta diminuição da “subjetividade excessiva”, é, na verdade, um deslocamento das formas avaliativas para dar centralidade a “aprendizagem socioemocional”, onde os indicadores não visam observar o conteúdo acadêmico apreendido pelos estudantes, mas os elementos de sociabilidade benéficos à esfera econômica e os “ajustes” de comportamento a serem realizados. Muda-se, desta forma, a função social da educação visando consolidar uma “segunda natureza” humana que age em nome da

autorreprodução do capital com relações de trabalho cada vez mais precárias e flexíveis, sobretudo nos países periféricos do sistema.

Ademais, a tentativa de sustentar o aprendizado socioemocional por meio de “evidências científicas comportamentais” que visam a construção de modelos, desconsidera a realidade socioeconômica do país, marcada por diferenças regionais, culturais e de classe. Junto da inconsistência metodológica-epistemológica, também é explicitada uma tentativa de homogeneização da formação da força de trabalho no interior da escola, permitindo o aprofundamento de modelos organizativos amparados em competências e que formam a juventude com concepções de mundo dissonantes da realidade vivenciada no capital.

Desta forma, o deslocamento das formas avaliativas realizado pela Economia Comportamental assenta novas características de ensino-aprendizagem que agem no apagamento das diferenças materiais concretas, *ressignificando*, cada vez mais, a formação omnilateral humana para a existência voltada a captar as oportunidades – sejam estas quais forem. Tais aspectos, somados as ferramentas autocráticas profundamente enraizadas nas relações sociais “herdadas” do período colonial, construídas a partir da escravização e do genocídio, trazem formas ainda mais sofisticadas de controle que visam o consenso, mas sem se distanciar da violência, instrumento coercitivo usado como potência econômica (Castelo, 2021).

No entanto, apesar da análise empreendida explicitar desafios de grande magnitude a educação comprometida com a transformação social, o livro fornece subsídio teórico de qualidade para compreender profundamente este processo, permitindo que outros pesquisadores, inspirados pelas contribuições de Thiago Vasquinho Siqueira e de seu referencial teórico, possam apreender novos elementos sobre a influência da Economia Comportamental na forma e conteúdo escolar e na organização do trabalho pedagógico.

Mesmo com a grave ofensiva do capital à educação, a disputa pela função social da escola prossegue, e com ela, pesquisas comprometidas em desvelar os prejuízos da sociabilidade capitalista na formação humana.

Referências:

ANTUNES, R. **Coronavírus** [recurso eletrônico]: o trabalho sob fogo cruzado. 1ª. ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. Apresentação. In: MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1ª.ed. revista. – São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 15-20.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

CASTELO, Rodrigo. A violência como potência econômica na gênese da “questão social” no Brasil. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 94–109, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p94-109. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36372>. Acesso em: 19 de dezembro de 2024.

- GRAMSCI, A. In: COUTINHO, C. N. (Org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 375p.
- GRAMSCI. **Cadernos do Cárcere**, volume 3. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAMSCI. **Cadernos do Cárcere**, volume 4. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.
- GRAMSCI. **Cadernos do Cárcere**, volume 5. Edição e tradução: Luiz Sérgio Henriques. Co-edição: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI. **Cadernos do Cárcere**, volume 1. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FONTES, V. **Hegemonismo e política: que democracia?** In: MATTOS, M. B. Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017, pp. 207-36. Disponível em: <https://tinyurl.com/vj-tpnz24>. Acesso em: 14 de dezembro de 2024.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FONTES, V. **Reflexões impertinentes: História e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005. 328 p.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1ª.ed. revista. – São Paulo: Boitempo, 2011.
- PRONKO, M. A. Modelar o Comportamento: novas estratégias do Banco Mundial para a educação na periferia do capitalismo. **RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade**, vol. IV, n. 6, p. 167-180, jan.-jun./2019.
- PRONKO, M. **Modelar o Comportamento: novas estratégias do Banco Mundial para a educação na periferia do capitalismo**. Anais IX Colóquio Internacional Marx e Engels. São Paulo: Universidade de Campinas, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/2waab5zx>. Acesso em: 14 de dezembro de 2024.
- PRONKO, M. **O Banco Mundial no campo internacional da educação**. In: PEREIRA, J. M. M.; PRONKO, M. A. (Org.). A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro/RJ: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.
- VASQUINHO, THIAGO. **Educação, autocracia e economia comportamental: a “nova” face da concepção educacional hegemônica no Brasil**. 1. ed. Parnaíba: Terra sem Amos, 2024. v. 1. 180p.

Notas

- ¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT/UFSC) <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/21667>. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7915690343641415>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-0297-0744>. E-mail: carol.dildey@gmail.com

Recebido em: 31 de dez. 2024
Aprovado em: 04 de mar. 2025